



INTERNATIONAL COFFEE ORGANIZATION
ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL CAFÉ
ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ
ORGANISATION INTERNATIONALE DU CAFÉ

ICC 104-9

24 março 2010
Original: inglês

P

**Decisões e Resoluções adotadas
na 104^a sessão do
Conselho Internacional do Café**

2 – 4 março 2010

1. O Conselho Internacional do Café, presidido pelo Sr. Rodolfo Trampe, do México, reuniu-se na Cidade da Guatemala, Guatemala, no período de 2 a 4 de março de 2010.

2. O Conselho se congratulou com o Governo da Guatemala e com a Associação Nacional do Café da Guatemala (Anacafé) pela notável organização logística e o sucesso da Conferência Mundial do Café, realizada no período de 26 a 28 de fevereiro de 2010, e externou seus agradecimentos pelas excelentes providências tomadas para possibilitar a realização de sua 104^a sessão.

Item 1: Adoção da ordem do dia

3. O Conselho adotou o projeto de ordem do dia que figura no documento ICC-104-0 Rev. 2 e tomou nota do programa de reuniões.

Item 2: Admissão de observadores

4. O Conselho notou que nenhuma solicitação de status de observador fora recebida de organizações não-governamentais para a sessão em curso.

Item 3: Votos e credenciais

Item 3.1: Votos no Conselho para o ano cafeeiro de 2009/10

5. O Conselho tomou nota da situação dos pagamentos por saldar que afetavam os direitos de voto aos 12 de fevereiro de 2010 e aprovou a redistribuição de votos no Conselho

e na Junta Executiva para o ano cafeeiro de 2009/10 indicada no documento EB-3966/09 Rev. 1. Notou, ainda, a necessidade de todos os Membros pagarem suas contribuições até o final do prazo de 31 de março de 2010.

Item 3.2: Credenciais

6. O Conselho notou que a Secretaria examinara as credenciais recebidas dos Membros e comunicara ao Presidente do Conselho que considerava que eram válidas e estavam na devida forma. O Conselho decidiu aprovar o relatório sobre credenciais, posteriormente distribuído, com a Lista de Delegações, como documento ICC-104-8.

Item 4: Membros

Item 4.1: Participação no Convênio Internacional do Café de 2001

7. O Conselho notou que aos 2 de março de 2010, integravam a Organização 76 Membros, 45 dos quais eram países exportadores, e 31, países importadores. Nos termos da Resolução 443, o Convênio de 2001 expira em 30 de setembro de 2010.

Item 4.2: Participação no Acordo Internacional do Café (AIC) de 2007

8. O Secretário fez a apresentação do documento ICC-104-3, que contém relatório sobre a situação do Acordo de 2007. Ele recordou aos Membros que o prazo para assinatura do Acordo de 2007 e o depósito de instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação vence em 25 de setembro de 2010. Aos 2 de março de 2010, 40 Membros exportadores e cinco Membros importadores haviam assinado o Acordo. Com o depósito de um instrumento de ratificação pelo Governo de Uganda em 1º de março de 2010, 22 Membros exportadores e três Membros importadores haviam ratificado, aceitado ou aprovado o Acordo, ou depositado notificações de aplicação provisória do mesmo. Os Membros exportadores e os Membros importadores que haviam completado todas as formalidades detinham, respectivamente, 51,5% e 91,6% dos votos de sua categoria de Membros. Os Membros importadores haviam satisfeito as exigências para a entrada em vigor do AIC de 2007, mas isso ainda não ocorrera no caso dos Membros exportadores. O Governo do México depositaria um instrumento de ratificação muito em breve, e bastante progresso vinha sendo feito por diversos outros Membros. Com respeito aos não-membros, previa-se que a Federação Russa se tornaria Membro, embora seus processos internos para tanto ainda pudessem demorar. O Diretor-Executivo visitaria República da Coreia durante este ano cafeeiro e estava em contato com associações do setor privado da China e do Laos para tratar de participação. Os países que ainda não o haviam feito foram instados a se esforçar ao máximo para agilizar o processo para participação. A OIC emitira Notificações do Depositário relativas a todas essas medidas, e

informações estavam disponíveis no site da OIC (www.ico.org/pt/depositary_p.asp). As formalidades são especificadas no documento ED-2033/08 Rev. 3, que inclui um modelo de Plenos Poderes e outros modelos de instrumentos.

9. O Conselho tomou nota desta informação e se congratulou com todos os Membros que haviam assinado o Acordo e depositado instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação, ou depositado notificações de aplicação provisória do mesmo, e instou todos os outros Membros a agilizar os processos para participação no AIC de 2007, para que o Acordo pudesse entrar em vigor o mais cedo possível. No caso do Brasil, o Conselho notou que o Governo já assinara o Acordo. O processo de ratificação estava em curso, e o Acordo de 2007 tinha de ser examinado segundo procedimentos parlamentares na Câmara dos Deputados antes de ser submetido ao Senado Federal. O Conselho também notou a declaração do representante do Brasil e a comunicação do Brasil que figuram nos documentos ICC-104-6 e ICC-104-7, respectivamente. O Conselho também notou que a Tanzânia já depositara uma notificação de aplicação provisória e em breve depositaria um instrumento de ratificação junto à OIC.

10. O Diretor-Executivo disse que o novo Acordo fora negociado em 2007 e não houvera propostas de incluir cláusulas para regular o mercado naquela altura. Tratava-se de um acordo de produto básico moderno e dinâmico, que deixava claros os objetivos do setor cafeeiro e a necessidade de manter a produção, promover o consumo e de tratar da questão do financiamento do setor. Embora o Acordo já não incluísse cláusulas econômicas, nos últimos 20 anos a OIC canalizara quase US\$100 milhões para projetos de desenvolvimento cafeeiro, cujo impacto havia sido positivo em áreas como produção, sustentabilidade, qualidade, infraestrutura do café e pragas e doenças. Áreas como informação, estatística e análise do mercado haviam melhorado substancialmente. Em cooperação com a indústria do café, a OIC empreendera atividades para promover o consumo através, por exemplo, de programas sobre café e saúde, além de desenvolver um Guia Detalhado para Promoção do Consumo de Café e se devotar a outras iniciativas para expandir o consumo. Mais trabalho poderia ser realizado na área de promoção, embora só US\$12.000 restassem no Fundo de Promoção. Ele instou todos os Membros a completarem as formalidades para participação o mais cedo possível, afirmando que estava pronto para ajudar no que fosse necessário com respeito a dúvidas acerca dos procedimentos.

11. Na discussão deste item, os Membros externaram preocupação com a demora da entrada em vigor do AIC de 2007, que fora aprovado havia quase três anos. Essa demora comprometia os objetivos do Acordo, enviando uma mensagem negativa ao setor cafeeiro mundial. O AIC de 2007 tinha importantes novos objetivos que possibilitariam dar atenção às prioridades e preocupações dos Membros. Com respeito à solicitação de abrir discussões sobre a possibilidade de antecipar a implementação das recomendações sobre a escalação tarifária prevista na Rodada de Doha no caso do café e ao preparo pela Secretaria de um relatório sobre esta questão para discussão em setembro, o Conselho notou que discussões

sobre barreiras tarifárias e não-tarifárias vinham se desenvolvendo em fóruns externos à OIC. O financiamento do setor cafeeiro, por sua vez, era de grande importância para o setor e constituía um objetivo central do novo Acordo.

12. O Conselho notou que os Membros tinham interesse em que o Acordo de 2007 entrasse em vigor o quanto antes possível. O Conselho se congratulou com os Membros que já haviam depositado instrumentos e instou os que ainda não o haviam feito a completarem as formalidades necessárias o mais cedo possível.

Item 5: Conferência Mundial do Café

13. O Diretor-Executivo disse que a Conferência Mundial do Café havia-se realizado na Cidade da Guatemala no período de 26 a 28 de fevereiro de 2010, sob a presidência do Presidente da Guatemala, S. Ex.^a o Sr. Álvaro Colom Caballeros. A Conferência reunira mais de 1.400 cafeicultores e representantes de governos, do setor privado e das agências internacionais. O tema fora “Café para o futuro: Rumo a um setor cafeeiro sustentável”. O mercado cafeeiro mundial mudara desde as duas Conferências anteriores, e o desafio agora consistia em satisfazer às exigências do consumo futuro e em assegurar um equilíbrio entre a oferta e a demanda. Produtividade e qualidade eram de suma importância para os produtores, que precisavam investir em instituições de apoio ao setor cafeeiro, treinamento, busca de novas fontes de financiamento e crédito, redução dos custos de produção e medidas para enfrentar as mudanças climáticas. O setor precisava considerar se o aumento do consumo previsto para o futuro era sustentável, e como o café poderia competir com outras bebidas e atrair novos consumidores. A inovação tecnológica e o empreendedorismo haviam sido enfatizados, e os oradores, reconhecido a importância de desenvolver denominações de origem, cafés especiais, qualidade e outros fatores que poderiam conferir ao café uma margem competitiva. Na área da sustentabilidade ambiental, as mudanças climáticas eram cruciais, e os oradores haviam notado a urgência de investir em tecnologia e em instituições capazes de engendrar soluções sustentáveis. Enfatizara-se o declínio da produção na África, em contraste com o aumento constatado na Ásia, onde também havia grande potencial para o desenvolvimento do consumo. Por último, a importância das mulheres e da juventude nos países tanto produtores como consumidores fora notada. O Diretor-Executivo externou seus agradecimentos aos oito moderadores por seu papel central na Conferência e sua orientação ao conduzirem as apresentações. Um relatório sobre as conclusões seria distribuído para que, na próxima sessão, os Membros pudessem avaliar as propostas e recomendações e considerar a melhor maneira de incorporá-las ao trabalho da OIC.

14. O Conselho notou que, na primeira sessão, que se concentrou nas mudanças e tendências da produção mundial, os oradores haviam examinado a produção nas principais regiões produtoras de café. No caso da África, as implicações socioeconômicas do declínio do setor cafeeiro haviam sido devastadoras para milhões de agricultores, e seria preciso tomar medidas urgentes. Os Governos precisavam pensar em incentivar parcerias dos setores

público e privado em vez de privatização total, investir em desenvolvimento infra-estrutural e criar instituições apropriadas de apoio ao desenvolvimento do café. No Brasil, havia organizações e instituições sólidas. A apresentação focalizara o notável desempenho comercial do país, tanto da perspectiva das exportações como do consumo interno, a situação financeira dos cafeicultores, a relação entre preços de mercado e custos de produção, a seletividade e seus efeitos no mercado, e o papel da OIC. No caso da Colômbia, o orador esboçara fatores que levariam a uma recuperação da produção do país em 2010, sua capacidade de produzir entre 11 e 12 milhões de sacas, e programas para garantir a sustentabilidade e rentabilidade da cafeicultura. Na apresentação relativa à América Central haviam sido examinadas a produção e as exportações da região e suas estratégias para enfrentar desafios tais como custos, escassez de mão-de-obra e demanda crescente. Um novo site fora lançado para promover os Arábicas Suaves lavados: www.mildwashedcoffees.org. No caso do Vietnã, os oradores haviam esboçado tendências e estratégias do desenvolvimento sustentável do café, que incluíam o aumento da produção e a melhoria da qualidade, paralelamente com ações relativas a processamento, consumo, comércio e política. Eles haviam descrito a estrutura organizacional e o impacto da crise econômica no setor e formulado recomendações sobre cooperação internacional, investimentos e serviços públicos, e sobre política.

15. Na sessão para tratar dos custos e limitações da produção falara-se na precariedade do equilíbrio entre a produção e a demanda mundiais e no valor da cooperação internacional a esse respeito. A produção era potencialmente vulnerável no futuro, e era preciso dar atenção à escassez da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico. Enfatizara-se a necessidade de expandir a produção com responsabilidade e, nesse sentido, a crise dos preços baixos do período de 1999 a 2005 fora lembrada. Um apresentador notara que a colheita seletiva manual condenava os trabalhadores à pobreza, e que técnicas modernas de colheita e processamento precisavam ser adotadas para aumentar a produtividade e responder aos desafios da demanda e da qualidade. Na outra apresentação haviam sido descritos os desafios e oportunidades para os cafeicultores na África oriental e o valor das boas práticas agrícolas no continente africano. No contexto da futura expansão dos cafés especiais, os cafeicultores da região apresentavam potencial para atender à demanda desses cafés através de melhorias da produtividade e de aumentos do processamento em usinas de benefício por via úmida, potencialmente dobrando suas receitas.

16. Na sessão sobre mudanças e tendências do consumo mundial haviam sido analisados os fatores que induzem a sustentabilidade do mercado do café comum e as tendências observadas em diferentes mercados. Nos mercados tradicionais, os participantes vinham se esforçando para promover sustentabilidade no setor do café comum. O representante de uma grande empresa julgava que a expansão da certificação de café era um importante indutor do desenvolvimento de um setor sustentável, mas não via mérito em um enfoque diferenciado para o mercado do café comum. Parecia que o mercado dos cafés especiais liderava e o mercado do café comum seguia, e que o café certificado se tornaria cada vez

mais café comum. Convinha que esses esforços fossem gerados pelos consumidores, pelo comércio varejista e, assim, pela indústria. O mercado do café comum exibia um crescimento saudável e, cada vez mais, era estimulado pela qualidade e a sustentabilidade. Os principais indutores do crescimento eram a classe média cada vez maior nos mercados emergentes e os números de jovens, os valores a que se aspirava e a adoção de um estilo de vida ocidental, a urbanização, a cultura das casas de café, as boas campanhas de marketing e a inovação. De modo geral, era provável que o crescimento fosse relativamente baixo nos mercados tradicionais e que o maior potencial de crescimento estivesse nos mercados emergentes e nos países produtores, embora o Japão tivesse potencial para mais crescimento devido a seu consumo per capita relativamente baixo. O principal desafio consistia em garantir volumes suficientes e café de qualidade para atender a uma demanda cada vez maior, e, num prazo mais dilatado e no contexto das mudanças climáticas, esta poderia se tornar uma questão mais premente. Eram necessários níveis de produção sustentáveis, com boa qualidade e produtividade, ao lado de mais inovações e reestruturação do setor para atender à demanda cada vez maior de café de qualidade produzido sustentavelmente, de acordo com as preferências dos consumidores.

17. Outra sessão concentrara-se no desenvolvimento de mercados para os cafés diferenciados, que cada vez mais lideravam o mercado. O painel examinara diferentes definições e percepções do valor dos cafés especiais. Os consumidores estavam dispostos a pagar quando viam valor, e a indústria precisava se concentrar nisso. A questão da certificação havia sido discutida, e algumas estatísticas interessantes apresentadas. Embora fosse um importante recurso para muitos produtores, a certificação não era apropriada para todos. Os produtores precisavam atentar cuidadosamente para os processos de certificação antes de decidir quais deles utilizar. Uma pergunta vinda da platéia pusera em relevo certa ambigüidade quanto a se as influências mais importantes eram exercidas por quem tomava o café ou pelo comércio varejista e outros, que viam a certificação como um emblema de suas credenciais de Responsabilidade Social Corporativa. Os produtores também precisavam considerar como poderiam diferenciar seus cafés, e os delegados haviam sido informados de como a Colômbia desenvolvera uma estratégia de marcas para agregar valor a seu café. O orador sublinhara a importância da inovação e da disponibilização de mais informações, para que os consumidores pudessem fazer o rastreamento do café até uma propriedade específica. O tema comum era a inovação, que levava à diferenciação.

18. Na sessão para tratar das perspectivas da oferta e da demanda, observara-se que o café havia crescido aproximadamente 2% por ano nas últimas duas décadas. Os mercados emergentes continuariam a ser o motor do crescimento. A demanda era determinada por fatores como renda, preços e gostos, e o café enfrentava maior competição entre as bebidas. A água, as bebidas esportivas e os sucos estavam se concentrando nos consumidores jovens, e as promoções do chá eram fortes e invocavam uma imagem saudável. Os consumidores eram capazes de conseguir sua cafeína de outras fontes. As bebidas energéticas eram um recurso

rápido e apresentavam perigo, pois o café exigia tempo para ser preparado e saboreado. O café precisava ser acessível e seu marketing precisava chegar a novos consumidores. Por sua vez, a inovação era crucial para a manutenção do consumo.

19. Na sessão sobre sustentabilidade ambiental, enfatizara-se a necessidade de dar maior atenção às mudanças climáticas e a suas implicações para diferentes regiões produtoras. Em termos mais imediatos, merecia exame cuidadoso a evolução do setor da mão-de-obra nos países produtores, onde podiam observar-se desenvolvimentos interessantes, como, por exemplo, o envelhecimento dos cafeicultores, a dificuldade em atrair os jovens para o setor, e os custos da mão-de-obra. Entre outros desafios, havia-se mencionado a importância de conservar o material genético em que o café se baseia. Também se havia falado aos delegados sobre oportunidades de ampliar a contribuição do café ao desenvolvimento social, sobre a conservação biológica e sobre a contribuição positiva que as zonas de cultivo poderiam fazer à mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. O setor cafeeiro da África merecia especial atenção, e muitos dos tópicos discutidos eram de grande relevância para o continente.

20. Na sessão sobre “Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDMs), construção de capacidade e apoio aos produtores”, o painel discutira as MDMs, que visavam a um corte da pobreza extrema pela metade até 2015. Só restam cinco anos até então, mas muito ainda precisa ser feito para alcançar os objetivos contemplados. Os oradores haviam coberto tópicos tais como o declínio da produção e os desafios sociais que afetam a juventude nos países produtores da África. Os jovens eram uma fonte de crescimento e de desenvolvimento social, mas era preciso tratar de lacunas nesta área, para evitar conflitos sociais, e havia necessidade de atrair investimentos na agricultura. A política de desenvolvimento da UE com respeito ao café fora descrita; a sustentabilidade era um pilar central e um enfoque coordenado e coerente era necessário. Os produtos básicos e as parcerias entre os vários atores do setor eram instrumentos que poderiam resultar em avanços na esfera da sustentabilidade. Os oradores também haviam descrito o trabalho da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e o desenvolvimento do café sustentável, bem como a assistência governamental ao setor cafeeiro na Índia, que incluía subsídios para o estabelecimento de unidades de processamento, instrumentos de gestão de risco, apoio à pesquisa e construção de capacidade. O painel também se detivera nas perspectivas para os próximos vinte anos. Enfoques como os programas relativos à qualidade e ao café e a saúde haviam produzido resultados positivos, e instituições haviam realizado trabalho valioso na divulgação de conhecimentos científicos e em educação, que seria expandido e fortalecido.

21. Na sessão intitulada “Aliança Internacional das Mulheres em Café (IWCA): Promovendo possibilidades”, em quatro apresentações, a IWCA esboçara um quadro de seu trabalho para promover as possibilidades das mulheres através de comitês locais. As discussões haviam-se concentrado no papel das mulheres na cafeicultura e nas oportunidades

que o setor lhes oferecia. As atividades da IWCA incluíam a educação das mulheres nas zonas rurais, dando-lhes poder e ajudando-as a conseguir acesso a crédito e à terra. A disponibilização às mulheres de recursos e de um foro para o estabelecimento de conexões e o desenvolvimento de oportunidades que as beneficiavam, por sua vez, resultava em benefícios para suas famílias e comunidades. A sessão incluíra comunicações sobre o trabalho de uma associação na Costa Rica e sobre as experiências de uma das oradoras como mulher no setor cafeeiro da Índia. Um vídeo curto focalizara o papel das mulheres em organizações dos setores público e privado. A IWCA expressara seu desejo de colaborar com a OIC no tocante a duas MDMs em particular, e de trabalhar conjuntamente para identificar programas destinados a ampliar a participação das mulheres no setor.

22. Na discussão deste tópico, os Membros notaram que o tema da Conferência era muito apropriado e importante para as gerações presentes e futuras. As comunicações sobre o desenvolvimento do mercado cafeeiro e as perspectivas da oferta e da demanda haviam revelado um mercado dinâmico e algumas importantes tendências e novidades que seria útil examinar mais a fundo. No caso do consumo, áreas de crescimento – por exemplo, dos cafés diferenciados e do consumo nos países consumidores – mereciam exame mais detido, juntamente com fatores que afetavam a oferta no médio prazo e num prazo mais longo. O Acordo de 2007 proporcionava muitas oportunidades para acompanhar as idéias suscitadas na Conferência, pondo em relevo a necessidade de sua pronta entrada em vigor.

23. O Diretor-Executivo convidou todos os delegados que desejassem acrescentar seus comentários ou recomendações específicas lhe enviarem os mesmos, para que eles fossem levados em conta. Em setembro, o Conselho teria de examinar os resultados e recomendações e de considerar meios de lhes dar seguimento no âmbito do trabalho da OIC, enfrentando os desafios que se apresentassem.

24. O Conselho tomou nota desta informação e de uma declaração do Vice-Presidente de Honduras sobre a produção de café em seu país. O Conselho se congratulou com o Presidente e o Governo da Guatemala, a Anacafé e o Diretor-Executivo da OIC pela excelente organização, presença, qualidade e sucesso da Conferência Mundial do Café. O Conselho mostrou-se particularmente grato ao Presidente da Anacafé, Sr. Ricardo Villanueva, ao Sr. José Angel López Camposeco, Representante Permanente da Guatemala na OIC, ao Sr. William Hempstead, Diretor da Anacafé, e à Sr^a Blanca Castro, da Anacafé, pela generosa hospitalidade e excelente organização da Conferência.

Item 6: Situação do mercado cafeeiro

25. O Diretor-Executivo fez a apresentação do relatório sobre a situação do mercado que figura na Carta do Diretor-Executivo de janeiro de 2010. Uma cópia de sua apresentação encontra-se disponível na seção de apresentações técnicas do site da OIC (<http://dev.ico.org/presents/presentation0910.htm>). Ele disse que nos últimos cinco anos os

preços haviam-se recuperado, e que em fevereiro o preço indicativo composto da OIC alcançara 123 centavos de dólar dos EUA por libra-peso. Nos últimos meses, os diferenciais de preços entre os Arábicas e os Robustas haviam aumentado significativamente, e os níveis dos diferenciais entre os Suaves Colombianos e os Robustas estavam extremamente altos em resultado de dificuldades da oferta. Estimava-se que em 2009/10 a produção mundial se colocaria em torno de 123 a 125 milhões de sacas, cerca de dez milhões de sacas acima da produção de 2000/01. Em 2008/09, 61% da produção fora de Arábicas, e 39% de Robustas, e três países (Brasil, Vietnã e Colômbia) haviam respondido por 57% da produção mundial. Em 2008/09 o volume total das exportações caíra 3% para 94,7 milhões de sacas. Com a redução dos estoques nos países produtores, esvaziavam-se os estoques nos países consumidores. O valor das exportações de 2009 fora de US\$13,6 bilhões, em comparação com US\$5,4 bilhões em 2001. O consumo mundial alcançara 132 milhões de sacas em 2009, em comparação com 105,2 milhões em 2000, e dois países produtores (Brasil e Indonésia) haviam figurado entre os 10 maiores consumidores em 2009. Ele notou que no período de 2000 a 2008 o crescimento anual nos países produtores (4,36%) e nos mercados emergentes (2,93%) havia ultrapassado o crescimento nos mercados tradicionais (1,33%). Nos mercados emergentes, as maiores taxas de crescimento haviam-se registrado na Federação Russa, Ucrânia e China. Finalmente, ele disse que projeções da oferta e da demanda para o período de 2010 a 2020 mostravam que, se o consumo continuasse a crescer a uma taxa anual de 2,6%, a demanda poderia chegar a 170 milhões de sacas em 2020, contra um volume inferior de produção.

26. O Conselho tomou nota desta informação e do documento de trabalho WP-Council 199/10, em que figura a estimativa oficial mais recente da safra brasileira de café de 2009/10. O Conselho também tomou nota da proposta de preparar-se um estudo estatístico para exame na próxima sessão do Conselho em setembro, a ser distribuído aos Membros 30 dias antes da sessão. O estudo deveria cobrir os seguintes seis pontos: a) relação do preço do café no varejo nos principais países importadores com o preço indicativo composto da OIC nos períodos de 1985-1990, 1995-2000, 2005-2010; b) preço indicativo composto nesses mesmos períodos, deflacionado, utilizando-se a inflação ponderada dos principais países importadores; c) preço indicativo composto nos períodos acima expressos em euro, libra esterlina, iene e franco suíço; d) relação do preço indicativo composto, expresso em tonelada contra uma tonelada de cada um dos principais insumos utilizados no processo da produção de café; e) projeção da produção e da demanda mundial de café entre 2010 e 2015; e f) levantamento junto aos países produtores dos custos de produção nos anos cafeeiros de 2001/02 e de 2009/10.

27. Na discussão deste item, o Conselho notou que o estudo seria um exercício útil, mas dependeria dos dados recebidos dos países Membros, aos quais se solicitava que fornecessem as informações pertinentes à Secretaria. Também se observou que este seria um estudo adicional, que não estava incluído no atual programa de atividades para o ano cafeeiro de 2009/10 (item 7 do documento ICC-103-11). Manifestou-se interesse pelas projeções

relativas a 2010 a 2020, que teriam de ser analisadas em maior profundidade. Se a oferta não pudesse satisfazer ao aumento projetado da demanda, poderia haver volatilidade de preços. Seria necessário um esforço conjunto de produtores e consumidores para enfrentar este desafio, e os Membros deveriam considerar uma estratégia para atender à demanda projetada. Seria útil que o Diretor-Executivo examinasse esta questão mais detidamente. Preocupação foi externada com os diferenciais de preços entre Robustas e Outros Suaves e Arábicas Naturais, que haviam aumentado consideravelmente, não só devido a fatores ligados à oferta e à demanda.

28. O Conselho notou que a OIC solicitaria aos países produtores que enviassem as informações necessárias para o estudo estatístico e faria todo o possível para preparar o estudo com base nas informações e no tempo disponíveis.

Item 7: Retrospectiva Anual de 2008/09

29. O Chefe de Operações fez a apresentação da Retrospectiva Anual de 2008/09, que contém um relatório sobre as atividades da Organização no transcurso do último ano cafeeiro, incluindo um relatório sobre a situação do mercado de café, a adoção do Acordo de 2007 e atividades regulares, tais como projetos, estudos, estatística e promoção. O Conselho tomou nota da Retrospectiva.

Item 8: Preparativos para o AIC de 2007

Item 8.1: Plano de ação estratégico

30. O Chefe de Operações fez a introdução do plano de ação estratégico que figura no documento de trabalho WP-Council 173/08 Rev. 4. Ele notou que, conforme decidido pelo Conselho em setembro de 2009, os Membros haviam sido convidados a enviar comentários adicionais que desejassem fazer sobre o plano ao Diretor-Executivo até 15 de dezembro de 2009. A versão revisada da estratégia refletia os comentários feitos durante o Conselho e recebidos dos Membros até 15 de dezembro. O plano só entraria em vigor sob a égide do AIC de 2007.

31. Na discussão deste item, os delegados fizeram diversos comentários e sugestões sobre o projeto do texto. Seriam encaminhadas ao Diretor-Executivo propostas específicas para a redação formuladas por dois Membros. Também se sugeriu que as medidas relativas às mudanças climáticas e à melhoria das estruturas de mercado eram prioritárias, e que mais estudos sobre gestão de risco seriam bem acolhidos. Com respeito a esta área, a Jamaica estava preparando um estudo com o Banco Mundial cujos resultados seriam oportunamente compartilhados com a OIC. Observou-se que as conclusões da Conferência eram elementos essenciais que deveriam ser considerados e incorporados aos documentos estratégicos da OIC, entre os quais o plano de ação estratégico.

32. O Conselho notou que a Secretaria prepararia um relatório delineando as principais conclusões e recomendações da Conferência, que os Membros precisariam avaliar para decidir quais elementos deveriam estar refletidos no plano. Solicitou-se a todos os Membros que encaminhassem suas propostas sobre o projeto do plano à Secretaria, por escrito, para que pudessem ser incorporadas em uma versão revisada do documento que seria distribuída aos Membros, para exame, na próxima sessão. Adendos ao plano poderiam ser distribuídos durante a sessão se os Membros encaminhassem suas sugestões à Secretaria em tempo hábil.

Item 8.2: Estratégia de desenvolvimento para o café

33. O Chefe de Operações disse que, conforme decidido pelo Conselho em setembro de 2009, os Membros haviam sido convidados a, até 15 de dezembro de 2009, encaminhar ao Diretor-Executivo sugestões adicionais sobre o projeto de estratégia de desenvolvimento para o café que figura no documento de trabalho WP-Council 191/09 Rev. 1. Nenhum comentário fora recebido até aquela data.

34. Observou-se que o documento contemplava uma única agência doadora, embora muitas organizações atuassem na área do desenvolvimento do setor cafeeiro, como o workshop sobre a implementação do Fórum Consultivo sobre Financiamento do Setor Cafeeiro em setembro de 2009 demonstrara. A OIC deveria fazer uma contribuição mais ativa na orientação desse trabalho e ajudar os Membros a estudar como a assistência ao desenvolvimento era organizada e que papel que a OIC poderia desempenhar. O Diretor-Executivo disse que a estratégia de desenvolvimento para o café seguia um formato estabelecido pelo principal parceiro da OIC no financiamento de projetos e se baseava nas prioridades identificadas pelos Membros. Oportunamente, quando o plano de ação estratégico houvesse sido aprovado, a Secretaria prepararia um documento mais abrangente, incorporando elementos do plano e descrevendo as atividades da OIC. O Conselho tomou nota desta informação.

Item 8.3: Termos de referência para o Fórum Consultivo sobre Financiamento do Setor Cafeeiro

35. O Conselho decidira criar um grupo de trabalho para examinar os termos de referência para o Fórum Consultivo sobre Financiamento do Setor Cafeeiro (FCFSC), composto pelo Brasil, Colômbia, Costa Rica, EUA, Suíça e UE, aberto a todos os Membros e presidido pelo Chefe de Operações. O Chefe de Operações relatou que o grupo se reunira em 3 de março de 2010 para examinar os termos de referência que figuram no documento ICC-102-11. As discussões do grupo haviam resultado numa versão revisada dos termos de referência para o FCFSC (ver documento ICC-102-11 Rev. 1).

36. O Conselho agradeceu ao grupo de trabalho seu trabalho e em seguida examinou a versão revisada dos termos de referência. Após mais discussões, o Conselho notou que outro

documento revisado¹ seria preparado para apreciação pelo Conselho em sua próxima sessão e convidou os Membros a, por escrito, enviar à Secretaria sugestões adicionais sobre o documento em exame. O Conselho também notou a sugestão de que o Diretor-Executivo trocasse opiniões com os Membros sobre a alínea “d” do parágrafo 2.

Item 8.4: Fatores de conversão

37. O Artigo 2º do Acordo de 2007 determina que os fatores de conversão devem ser revisados o mais cedo possível após a entrada do Acordo em vigor e, novamente, a intervalos de três anos. Antes dessa revisão, os fatores de conversão utilizados seriam os do Convênio de 2001. O Chefe de Operações disse que o Conselho revisara os atuais fatores de conversão pela última vez em 2004. O documento ED-2062/09 contém proposta no sentido de aplicar um fator coeficiente de 1,05 em vez de 1,00 para a conversão de café verde descafeinado no equivalente em café verde. O novo fator poderia ser aplicado logo que o Acordo de 2007 entrasse em vigor. Após analisá-la, a Comissão de Estatística apresentara a proposta ao Conselho em setembro de 2009. Como um Membro solicitara mais tempo para avaliar a proposta, o Conselho decidira que a questão deveria ser apreciada na sessão ora em curso. O Conselho notou que esse Membro havia agora examinado o documento e considerava a proposta aceitável na versão examinada pela Comissão de Estatística.

Item 9: Fórum Consultivo sobre Financiamento do Setor Cafeeiro

38. O Conselho notou que, em setembro de 2009, a OIC realizara um workshop sobre a implementação do Fórum Consultivo sobre Financiamento do Setor Cafeeiro, sob a presidência do Diretor-Executivo. Cópias das apresentações haviam sido distribuídas aos Membros eletronicamente e se encontravam disponíveis no site da OIC (www.ico.org/workshop.asp). O relatório sobre o workshop havia sido distribuído como documento ICC-103-15. Diversos documentos haviam sido distribuídos para a apreciação do Conselho, entre os quais o documento de trabalho WP-Forum 1/09, que contém informações sobre os custos teóricos da convocação do Fórum; o documento de trabalho WP-Forum 2/09, que contém o projeto de termos de referência para o Comitê Gestor que será incumbido de organizar e promover o trabalho do Fórum; o documento de trabalho WP-Forum 3/09, que contém propostas relativas aos participantes a convidar para o Fórum; e o documento PSCB-117/09, em que se reproduz um documento conceitual preparado pela National Coffee Association of the USA (NCA) a respeito do Fórum.

39. O Chefe de Operações disse que, em virtude das discussões que houvera no grupo de trabalho (ver parágrafo 35 acima), o Comitê Gestor seria substituído por um grupo central. O documento com propostas relativas aos participantes seria apresentado em um novo formato, na seqüência de consultas com Membros que apresentariam sugestões sobre esta questão.

¹ *Posteriormente distribuído como documento ICC-102-11 Rev. 2.*

Item 10: Projetos de desenvolvimento cafeeiro

Item 10.1: Projetos para aprovação do Conselho

40. O Conselho notou que a Junta Executiva apreciara o documento EB-3973/10, que contém o relatório e as recomendações do Comitê Virtual de Revisão (CVR) sobre duas propostas novas e uma proposta revisada. A Junta fizera as seguintes recomendações:

41. *Expansão do café dos pequenos produtores do Malauí (nova):* A Junta examinara uma nota conceitual apresentada pela Associação do Café do Malauí para avaliação técnica pelo CVR antes da continuação de seu desenvolvimento como proposta de projeto completa (WP-Board 1060/10). A Junta concordara com a recomendação do CVR de que a proposta fosse revisada pelos proponentes do projeto. O Conselho tomou nota desta informação e decidiu que a nota conceitual deveria ser desenvolvida.

42. *Promoção da comercialização e consumo interno de café na República Centro-Africana (nova):* A Junta examinara a proposta de um projeto apresentada pela Organização Interafricana do Café (OIAC) em nome da República Centro-Africana (WP-Board 1061/10). A Junta, notando que os pareceres do CVR estavam divididos quanto a revisar ou rejeitar a proposta, decidira recomendar que ela fosse revisada pelos proponentes do projeto. O Conselho tomou nota desta informação e decidiu que a proposta deveria ser revisada.

43. *Incremento do potencial de produção do café Robusta gourmet em Uganda e na Tanzânia (revisada):* A Junta examinara a proposta revisada apresentada pelo Instituto Agronomico per l'Oltremare (IAO) do Ministério das Relações Exteriores (MAE) da Itália, com o apoio do Governo de Uganda (documento de trabalho WP-Board 1059/09 Rev. 1). Ela notara que, em setembro de 2009, Angola havia mostrado interesse pelo projeto, mas não havia atuado de forma proativa no fornecimento de informações para desenvolvê-lo. A Junta, notando que os pareceres do CVR estavam divididos quanto a aprovar ou revisar a proposta, decidira recomendar que ela fosse revisada.

44. Na discussão desta proposta, observou-se que Angola confirmara seu interesse em participar e poderia fornecer as informações necessárias rapidamente se o projeto fosse aprovado. Tratava-se de um projeto importante e precisava ser aprovado com rapidez para evitar mais atrasos. Havia longos atrasos a partir da data da apresentação de projetos para aprovação, que podia levar dois anos ou mais para processar. Questões de procedimento como estas precisavam ser reexaminadas.

45. O Conselho notou que havia apoio unânime pelo projeto com a inclusão de Angola. Solicitando a Angola que fornecesse as informações necessárias tão logo quanto possível e, à Tanzânia, as informações porventura ainda faltantes para que a proposta pudesse ser

apresentada ao FCPB, o Conselho decidiu aprovar este projeto para apresentação ao FCPB. Finalmente, o Conselho notou que a OIAC estava interessada em cooperar neste projeto e em divulgar seus resultados a seus Membros.

46. O Conselho notou, ainda, que a Nigéria estava reformulando a proposta do projeto “Elevação da renda de grupos de pequenos agricultores no cinturão de produção cafeeira da Nigéria” (ver documento de trabalho WP-Board 969/05), embora a proposta não estivesse alistada no último relatório sobre o andamento dos projetos. O Conselho convidou a Nigéria a, logo que possível, reapresentar à OIC a versão revisada da proposta, para que ela pudesse ser examinada pelo CVR.

47. O Presidente da Comissão de Finanças, notando que diversos países envolvidos em projetos haviam acumulado atrasos substanciais no pagamento de suas contribuições, disse que a Comissão externara preocupação com respeito a esses atrasos. Ele solicitou que, futuramente, na apresentação do relatório do CVR à Junta Executiva fossem incluídas informações sobre a situação das contribuições dos países. O Conselho tomou nota desta informação e agradeceu ao CVR seu trabalho valioso e suas recomendações sobre os projetos.

Item 10.2: Projetos já aprovados pelo FCPB

48. O Chefe de Operações fez a apresentação do documento ICC-104-4, que contém o relatório sobre o andamento da implementação dos projetos aprovados pelo FCPB, e informou aos Membros que o Sumário Executivo da avaliação final do impacto do projeto da broca do café figura no documento ICC-103-4 Rev. 1, e que material relevante estava disponível na seção de projetos do site da OIC (www.ico.org/projects/02-p.htm). O relatório técnico final preparado pelo CABI sobre o projeto da traqueomicose do café também estava disponível e seria enviado aos delegados eletronicamente (ver também www.ico.org/projects/13-p.htm).

49. Ele relatou que, em outubro de 2009, a Junta Executiva do FCPB aprovara o “Programa de empresas cafeeiras competitivas para a Guatemala e a Jamaica”, que melhoraria a competitividade dos pequenos cafeicultores pelo aprimoramento da qualidade e elevação da produtividade, além de melhorias organizacionais e administrativas. O acordo de doação do projeto fora assinado pelo FCPB, a OIC e a Anacafé na cerimônia de abertura da Conferência Mundial do Café.

50. Em janeiro de 2010, o Comitê Consultivo do FCPB aprovara em princípio a proposta “Melhoria da qualidade do café na África oriental e central: Intensificação das práticas melhoradas de processamento na Etiópia e em Ruanda”, que seria examinada pela Junta Executiva do FCPB em abril de 2010. O projeto se destinava a melhorar os meios de vida dos pequenos cafeicultores da África oriental e central numa base sustentável, e seu custo total era de US\$8.013.240.

51. O projeto “Construção de capacidade para certificação e verificação de café na África oriental” fora lançado em 12 de fevereiro de 2010 durante a conferência da Associação dos Cafés Finos da África Oriental (EAFCA), em Mombaça, Quênia. Sua meta geral era construir capacidade em certificação e verificação de café na África oriental através da criação de um centro regional de certificação e de um programa de extensão para garantir a participação ativa de grupos de produtores. Por último, no caso dos projetos “Incremento do potencial de produção do café gourmet nos países centro-americanos” e “Diversificação produtiva nas zonas marginais do Estado de Veracruz, México”, workshops preliminares de conclusão foram realizados durante a semana da sessão do Conselho, e um workshop de divulgação relativo ao projeto “Reconversão de pequenas propriedades de café em unidades agrícolas familiares auto-sustentáveis no Equador”, organizado pelo Conselho Nacional do Café (COFENAC) do Equador, fora realizado em 2 de março de 2010.

52. Com respeito ao projeto “Gestão de risco dos preços do café na África oriental e meridional”, a proposta fora aprovada pelo FCPB em 2001 mas ainda não fora implementada, pois o Banco Mundial se retirara como AEP. Como decidido pelo Conselho em setembro de 2009, a Secretaria escrevera ao FCPB, propondo que o projeto fosse transferido para o Fundo de Desenvolvimento do Café do Quênia, com apoio técnico adicional de agências regionais de coordenação dos países participantes e de uma instituição regional, para atuar como AEP. Uma reunião com os países participantes e o Diretor-Gerente do FCPB se realizara antes da sessão, e a OIC se manteria em contato com o FCPB para acompanhar os preparativos para a implementação do projeto. No caso do projeto “Financiamento experimental de curto e médio prazo para pequenos cafeicultores no Quênia”, concluído em março de 2010, a Secretaria solicitaria a transferência dos bens do projeto para uma instituição que continuasse a oferecer crédito aos cafeicultores, como, por exemplo, o Fundo de Desenvolvimento do Café. Uma proposta dos países participantes para divulgar os resultados do projeto piloto seria examinada logo que o relatório da conclusão fosse recebido.

53. O Conselho tomou nota desta informação e dos documentos ICC-103-4 Rev. 1 e ICC-104-4 e notou que a Indonésia estudara o relatório de avaliação de impacto do projeto da broca do café que figura no documento ICC-103-4 Rev. 1. A Indonésia apresentaria um projeto revisado até o final do prazo, esperando que ele encontrasse boa acolhida. Frisou-se necessidade de mais pesquisa científica sobre o controle do alastramento desta praga. Com respeito ao projeto “Incremento do uso de germoplasma de café – uma perspectiva africana” e à proposta de fundi-lo com o projeto “Renovação da coleção internacional de café do CATIE” (documento de trabalho WP-Board 1036/07) apresentada pelo CATIE (Centro Agrícola Tropical de Investigação e Ensino) e aprovada pelo Conselho em setembro de 2007, o Conselho notou a solicitação de que estes projetos fossem mantidos separados um do outro e a solicitação de ajuda na busca de financiamento para ambos.

Item 11: Estudos, relatórios e seminários

Item 11.1: Estrutura do consumo de café em países importadores selecionados

54. O Economista-Chefe fez a apresentação do documento ICC-104-1, que contém um estudo – previsto no programa de atividades para 2009/10 – sobre a estrutura do consumo de café em países importadores selecionados.

55. Ao discutir-se este item, observou-se que o estudo oferecia uma visão geral das tendências do consumo, mas deveria ser revisado à luz das apresentações da Conferência e desenvolvido para levar em conta outros importantes fatores, como, por exemplo, a composição etária da população, e se o café era para consumo fora de casa ou em casa. Embora o estudo concluísse que os mercados tradicionais haviam alcançado sua maturidade, apresentações da Conferência indicavam a existência de potencial para crescimento. Um Membro encaminharia à Secretaria perguntas sobre a metodologia utilizada, como, por exemplo, até que ponto os preços indicados no estudo haviam sido convertidos em moedas locais em termos constantes locais ou em dólar dos EUA. Também se assinalou que o estudo apontava para uma tendência ao aumento da participação de cafés de pouco valor e para a sensibilidade em relação aos preços, em conflito com a necessidade de assegurar que os produtores recebessem preços capazes de garantir sua sustentabilidade futura.

56. O Conselho tomou nota deste relatório e das discussões sobre este item e notou que o Diretor-Executivo continuaria a revisar o estudo à luz dos comentários dos Membros.

Item 11.2: Fontes e métodos de financiamento dos produtos básicos agrícolas, especialmente no setor cafeeiro

57. O Chefe de Operações fez a apresentação do documento ICC-104-5, que contém o relatório previsto na Atividade 3 do programa de atividades da Organização para 2009/10, com informações sobre o financiamento dos produtos básicos agrícolas pelas principais agências e fundos de desenvolvimento internacional. Ele observou que se tratava de um relatório preliminar, com alguns exemplos iniciais de financiamento do setor cafeeiro com recursos das principais agências doadoras multilaterais, pois os recursos da OIC eram limitados. Tinha sido difícil obter informações sobre projetos no setor cafeeiro, e a OIC receberia de bom grado sugestões dos Membros sobre este tópico.

58. Na discussão deste item, os Membros notaram que o relatório era um ponto de partida útil para uma área de trabalho importante e valiosa, mas um documento mais abrangente e analítico precisava ser preparado. Uma gama mais ampla de opções de financiamento, tais como medidas de financiamento comercial e em condições favoráveis, precisava ser coberta, não apenas as opções oferecidas por organizações multilaterais. Seria útil saber como os

projetos se realizavam e eram financiados e incluir mais trabalho desta natureza no programa de atividades da OIC. Também se sugeriu que a Secretaria obtivesse informações sobre o Banco Centro-Americano de Integração Econômica, que era uma grande instituição financeira centrada na integração e no desenvolvimento socioeconômico da região.

59. O Conselho tomou nota deste documento, observando que se tratava de um relatório preliminar sobre o tópico do financiamento, que era central para o setor cafeeiro, e que a OIC tinha um papel valioso a desempenhar nesta área. Os Membros foram convidados a encaminhar à Secretaria suas sugestões e comentários para a futura elaboração do documento. A Secretaria deveria contatar organizações para obter informações sobre projetos relevantes e continuar a expandir suas informações sobre fontes e métodos de financiamento.

Item 11.3: Mudanças climáticas

60. O Diretor-Executivo disse que, desde que um relatório sobre mudanças climáticas e café fora apresentado ao Conselho em setembro de 2009 (documento ICC-103-6 Rev. 1), a Conferência da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas se realizara em Copenhague no período de 7 a 18 de dezembro de 2009, em busca de consenso para uma estratégia internacional de combate ao aquecimento global. Entre seus principais componentes, o Acordo que se firmou em Copenhague inclui o empenho de US\$30 bilhões, a serem distribuídos igualmente entre iniciativas voltadas para a adaptação e a mitigação no período de 2010 e 2012 e de US\$100 bilhões até 2020; e a criação de um Fundo Verde do Clima de Copenhague para financiar o Programa das Nações Unidas para a Redução das Emissões do Desmatamento e da Degradação nos Países em Desenvolvimento (REDD-plus) (um mecanismo que possibilitaria a busca de maiores incentivos pelos países em desenvolvimento que conservassem áreas florestais, adotassem programas de gestão sustentável do meio ambiente ou plantassem novas árvores). O Acordo de Copenhague também se estende à adaptação, à construção de capacidade e ao desenvolvimento e transferência de tecnologia. A agenda do Acordo prevê sua implementação até 2015. A OIC precisaria ver até que ponto ela poderia participar dos programas de que se trate e investigar com os Membros que procedimentos adotar para a obtenção de financiamento. O Diretor-Executivo convidou os Membros ativamente envolvidos nesta área a ajudar a OIC, notando que a UE tinha programas de desenvolvimento que poderiam contribuir para a efetivação de ações relacionadas com as mudanças climáticas.

61. O Conselho tomou nota deste relatório e das discussões sobre este item. Notou, ainda, que o México sediaria uma reunião de seguimento à Conferência de Copenhague, e que seria útil se a OIC pudesse preparar um documento para discussão pelo Conselho que mais tarde fosse incluído na ordem do dia da Conferência do México, para que algumas ações concretas se materializassem neste campo. Os Membros foram convidados a enviar contribuições ao preparo deste relatório. As apresentações da Conferência Mundial do Café haviam posto em relevo a ameaça potencial que as mudanças climáticas representavam para o

setor cafeeiro, e estratégias e ações para enfrentar a questão precisavam ser desenvolvidas tanto pelos países produtores como consumidores. A pegada de carbono do café carecia de investigação mais aprofundada e, embora em algumas circunstâncias a contribuição do café fosse positiva, nem sempre isso ocorria. Era preciso desenvolver técnicas de cultivo capazes de ajudar a mitigar riscos – como, por exemplo, práticas para aumentar o armazenamento de água no solo, cultivo de café na sombra e adaptação ao aumento de pragas e doenças resultante das mudanças climáticas. A UE estava empenhada em executar ações e disponibilizar recursos para o financiamento de medidas ligadas às mudanças climáticas e julgava que as ações deveriam se estender a uma gama de setores. A Indonésia havia implementado um programa de apoio à adaptação e à mitigação das mudanças climáticas na agricultura e em outras áreas, incluindo o lançamento de um programa para revitalizar o setor cafeeiro. Em Papua-Nova Guiné, um escritório separado fora estabelecido para lidar com as mudanças climáticas, e a pesquisa pertinente seria reportada à OIC.

62. A Secretaria deveria continuar a monitorar este tópico e a apresentar informações relevantes aos Membros, para levar em conta políticas de produção e nacionais relacionadas com as mudanças climáticas. Os programas da OIC deveriam incluir cada vez mais as mudanças climáticas, e os Membros deveriam dar atenção a este importante tópico em suas capitais, em vista da urgência das ações para resolvê-lo.

Item 11.4: Tópico para seminário em setembro de 2010

63. O Chefe de Operações convidou os Membros a considerar propostas relativas a um tópico para um workshop ou seminário em setembro de 2010. Ele notou que se propusera na Junta Executiva que, como modo de ajudar a preparar para o início das atividades do Fórum sob a égide do AIC de 2007, o seminário se concentrasse em discussões, troca de experiências e novas idéias sobre financiamento e gestão de risco no setor e no impacto desses aspectos na economia cafeeira internacional, e não na busca de recursos para projetos que costumam ter seus próprios canais de financiamento (ver documento de trabalho WP-Council 200/10 Add. 1).

64. O Conselho decidiu que o tópico deveria ser o financiamento do setor cafeeiro. Isso poderia contribuir para o preparo do FCFSC e dar aos Membros uma indicação de como o Fórum poderia funcionar no futuro. Em vez de seguir o formato habitual de um seminário, deveria haver uma oportunidade para discussões e interação através de um painel de especialistas que discutiriam áreas do financiamento do setor cafeeiro, e o evento não deveria ser descrito como um seminário. Também se sugeriu que oradores de instituições dos países produtores poderiam estar entre os convidados a participar do painel. Os Membros foram convidados a encaminhar à Secretaria propostas e nomes de especialistas que pudessem ser convidados a participar de uma discussão em grupo, enviando cópias de suas propostas ao Presidente.

**Item 12: Relatório do Presidente da
Junta Consultiva do Setor Privado (JCSP)**

65. O Vice-Presidente da JCSP, Sr. Robert Nelson, da NCA, disse que a JCSP se reunira em 1º de março de 2010. O relatório sobre a reunião foi posteriormente distribuído como documento PSCB-120/10. A JCSP discutira diversas questões substantivas, entre as quais as bolsas de futuros de Nova Iorque e Londres. Os Membros haviam notado algumas anomalias no mercado e concordavam em que seria útil que a OIC buscasse as razões fundamentais dessas anomalias, que poderiam resultar das ações de fundos ou de outras influências. A OIC também poderia considerar possíveis providências, tais como o preparo de um relatório ou a disponibilização de informações, para que as bolsas fossem usadas com mais êxito pelos participantes do setor interessados na descoberta de preços e na gestão de risco. A OIC também poderia considerar convidar representantes das bolsas de futuros de Nova Iorque e Londres ou da Comissão do Comércio de Futuros de Commodities (CFTC), de Washington, a pôr os Membros a par do que ocorre no mercado.

66. A JSCP também apreciara a questão dos Limites Máximos de Resíduos (LMRs) de pesticidas e recomendara que a OIC preparasse um documento sobre as tolerâncias a pesticidas em cada país, que poderiam ser comparadas, para que Membros pudessem examinar os níveis por pesticida ou por país. O Conselho talvez quisesse considerar a possibilidade de a OIC atuar como repositório de informações científicas sobre pesticidas, incluindo informações sobre os LMRs e sobre as pesquisas conduzidas para dar apoio a estes. Os países com os níveis mais baixos de tolerância, assim, poderiam se basear nessas informações na hipótese de pleitearem mudanças aos LMRs.

67. O representante da Associação Mexicana da Cadeia Produtiva do Café (AMECAFÉ) fizera uma apresentação interessante sobre os esforços para lidar com a questão do trabalho infantil no México através de programas para criar maiores oportunidades educacionais no setor cafeeiro. A JCSP notara que a Colômbia, a Nicarágua, Uganda, a EAFCA e outros estavam desenvolvendo programas similares para demonstrar seu empenho em tomar providências nesta área. Era importante notar esses esforços. Também seria muito útil que o Governo dos EUA estivesse ciente dos esforços para eliminar o trabalho infantil.

68. Na área da segurança alimentar, relatórios haviam sido apresentados à JCSP sobre a Ocratoxina A (OTA), a acrilamida e outras questões. A JCSP notara que o Congresso dos EUA estava examinando a legislação de segurança alimentar que atualmente se encontrava no Senado e que poderia ser examinada na próxima semana. Se uma redação semelhante à do projeto de lei aprovado anteriormente pela Casa dos Representantes fosse adotada, a lei exigiria que 25 milhões de cafeicultores e intermediários mantivessem registros de onde o café foi obtido e para onde ele foi enviado, e que os mecanismos que possibilitam a venda do café nos EUA fossem rastreados até uma etapa além da fazenda. Esta questão estava causando grandes preocupações aos participantes do setor cafeeiro. Finalmente, um relatório

fora apresentado à JCSP sobre o Programa de Melhoria da Qualidade do Café (PMQC), e a JCSP solicitara que a Secretaria investigasse os dados estampados no gráfico 1 do documento EB-3969/10, que indicam que a qualidade da bebida estava aumentando, embora a qualidade da cor e da classificação estivesse diminuindo.

69. Na discussão da questão do trabalho infantil, enfatizou-se a necessidade de evitar o uso do termo escravidão e de assegurar um tratamento sensível das informações pertinentes, para evitar a atenção da mídia. Externou-se apoio pela proposta de fornecer informações sobre os LMRs em vista das discrepâncias entre os níveis de tolerância aos pesticidas impostos por diferentes países. Observou-se que, no Japão, os LMRs se baseavam em níveis aplicados aos cultivos produzidos no país. Na reunião da JCSP havia-se falado na necessidade de padrões comuns de testagem. A proposta de convidar representantes das bolsas de futuros de Nova Iorque e Londres para fazerem apresentações havia sido bem acolhida. O Conselho tomou nota desta informação e solicitou à Secretaria que monitorizasse o avanço da legislação dos EUA citada e que pusesse os Membros a par das implicações da mesma para os países produtores quando ela fosse aprovada.

Item 13: Comitê de Promoção

70. O Presidente do Comitê de Promoção, Sr. Mick Wheeler, de Papua-Nova Guiné, disse que o Comitê se reunira em 2 de março de 2010. O relatório da reunião foi posteriormente distribuído como documento PC-60/10. Um relatório fora apresentado aos Membros sobre a implementação do CoffeeClub Network da OIC, uma iniciativa financiada pelo Fundo de Promoção. O site precisava continuar a ser desenvolvido, pois a tecnologia mudava rapidamente, mas os recursos do Fundo de Promoção estavam quase no fim. O Diretor-Executivo recebera um mandato para investigar, inclusive com terceiros, uma variedade de opções para o futuro do Network. O Comitê notara que esta iniciativa fora desenvolvida com recursos da OIC e que os Membros não deveriam perder de vista o objetivo de usá-la para a consecução de objetivos da OIC. O consultor também apresentara relatórios sobre programas para promover o consumo de café. O Comitê notara que o Guia Detalhado para Promoção do Consumo de Café era um projeto da OIC que vinha produzindo resultados tangíveis e valiosos, e que a Colômbia era o país que mais recentemente lançara um programa de consumo interno. O café e a saúde continuavam na ordem do dia, e que a questão do financiamento de programas nesta área e de outras atividades para ampliar o consumo precisaria ser considerada no futuro. Finalmente, o Comitê aprovara as contas dos Fundos de Promoção e Especial e decidira fazer uma contribuição de US\$2.000 do Fundo de Promoção à 23^a Conferência da ASIC, que se realizará em Bali em outubro de 2010.

71. Na discussão deste item, sugeriu-se que, em vista do potencial dos mercados emergentes, a OIC deveria focalizar na China seus esforços para promover o café, pois o país, com uma população muito grande que está começando a tomar café solúvel, tem grande

potencial para o aumento do consumo. O Conselho tomou nota desta informação e do relatório do Presidente, notando, ainda, que a Colômbia fora selecionada para sediar o Campeonato Mundial de Baristas em 2011.

Item 14: Questões fitossanitárias

72. O Chefe de Operações disse que, em meados de 2009, a DG SANCO emitira o projeto de uma emenda ao Regulamento (CE) Nº 1881/2006, que fixa limites máximos para certos contaminantes nos alimentos. Além de várias emendas não relacionadas com o café, a referência ao café verde fora suprimida, porque os produtos do café já estão sujeitos a normas que impõem limites máximos. O projeto fora adotado pelo Comitê Permanente em setembro de 2009 e apresentado ao Parlamento para exame e publicação no Jornal Oficial. Com respeito ao furano, a 72ª reunião do Comitê Conjunto de Especialistas FAO/OMS em Aditivos Alimentares (JECFA), em fevereiro de 2010, estava continuando a avaliar os seguintes contaminantes: acrilamida, arsênico, deoxinivalenol, furano, perclorato e mercúrio total. Um pedido de dados fora emitido. Um estudo da indústria do café (“O furano no café: estudos-pilotos sobre a formação na torra e as perdas nas etapas da produção e do manejo pelo consumidor”) fora publicado em formato eletrônico e em breve apareceria em formato impresso em “Aditivos e Contaminantes Alimentares” (“Food Additives and Contaminants”). A principal mensagem era que perdas ocorriam durante todo o processo de fabricação, uso no lar e preparo. Os resultados das análises durante as primeiras fases do processo, portanto, não poderiam ser equiparados com os da ingestão real. Este estudo seria uma contribuição útil para o debate científico. Com respeito à acrilamida, a Comissão Europeia estava examinando os primeiros resultados do monitoramento da acrilamida nos alimentos. Uma complicação era que os dados nem sempre são significativos, pois agrupam grandes categorias. No caso do café, precisava fazer-se uma distinção entre o café torrado e o instantâneo. Sugestões para uma categorização significativa dos produtos haviam sido transmitidas à Comissão. Uma reunião do Comitê de Especialistas da Comissão sobre Contaminantes Ambientais e Industriais estava marcada para fevereiro de 2010 para discussão dos níveis para orientação relativa à acrilamida. Mais tarde este ano, a Confederação das Indústrias de Agro-alimentares da UE (CIAA) organizaria um workshop sobre contaminantes que proporcionaria uma atualização do que se sabe sobre os instrumentos de mitigação da acrilamida. A Agência Europeia dos Produtos Químicos estava considerando uma solicitação no sentido de classificar a acrilamida como Substância Muito Preocupante. Esta seria uma referência à acrilamida usada em um ambiente industrial, como, por exemplo, na fabricação de plásticos e no tratamento da água, não tendo relação com a acrilamida nos alimentos. No entanto, poderia surgir confusão.

73. Com respeito a resíduos de pesticidas, em 28 de setembro de 2009 fora publicado no Jornal Oficial da UE o Regulamento (CE) Nº 901/2009, que cria um programa coordenado multianual de controle da Comunidade para 2010-2012 com os objetivos de assegurar a observância dos Limites Máximos de Resíduos (LMRs) e avaliar a exposição dos

consumidores aos mesmos. O café não foi visado. O projeto de uma diretiva que estabelece um Quadro de Ação a Nível Comunitário para a Utilização Sustentável dos Pesticidas (COM (2006) 373) fora adotado formalmente pelo Conselho da UE em 21 de outubro de 2009 e em breve seria publicado no Jornal Oficial. A legislação entraria em vigor 20 dias depois da publicação. A diretiva, que era muito bem acolhida pela indústria de pesticidas, introduzia regras que visavam à redução do impacto dos pesticidas na saúde humana e no meio ambiente. Ela se dirigia ao mercado da UE, mas a idéia subjacente poderia se estender às atividades internacionais relacionadas com os pesticidas – por exemplo, no Codex Alimentarius. No caso da Etiópia e do Japão, a situação das importações do Japão não mudara desde a primeira notícia de contaminação. Ainda estavam chegando relatórios negativos sobre as análises de algumas importações em que a contaminação excedia os níveis impostos pelo Japão. A All Japan Coffee Association (AJCA) estava muito grata ao Governo da Etiópia por seus esforços para resolver a questão e esperava que o comércio pudesse voltar aos volumes normais o quanto antes possível.

74. O Conselho tomou nota deste relatório, notando, ainda, a solicitação de que a Secretaria mantivesse os Membros informados sobre questões de segurança alimentar, tais como as relativas a pesticidas e à OTA, à medida que informações sobre legislação e documentos se tornassem disponíveis. Os LMRs na UE, por sua vez, estavam harmonizados desde 1º de setembro de 2008 e eram diretamente aplicáveis em todos os Membros da UE. Os Membros podem consultar um banco de dados sobre os LMRs da UE utilizando o link http://ec.europa.eu/sanco_pesticides/public/index.cfm. As novas regras são explicadas numa folha de dados que pode ser acessada através do link http://ec.europa.eu/food/plant/protection/pesticides/index_en.htm. Relatórios sobre a Monitorização de Resíduos de Pesticidas na UE podem ser acessados utilizando o link http://ec.europa.eu/comm/food/fvo/specialreports/pesticides_index_en.htm.

Item 15: Cooperação com outras agências

75. O Diretor-Executivo disse que, em dezembro de 2009, o FCPB havia comemorado seu 20º aniversário e realizado um seminário para analisar o papel dos produtos básicos no desenvolvimento. Ele falara em nome de todos os Organismos Internacionais de Produtos Básicos (OIPBs) e, em sua intervenção, enfatizara o valor da cooperação entre o FCPB e os OIPBs e a importância do trabalho dessas instituições no desenvolvimento e implementação de projetos nos países Membros. Uma cópia da apresentação encontra-se disponível no site da OIC (www.ico.org/news/cfc1209p.pdf). O Diretor-Executivo também participou da 49ª Assembléia Geral da Organização Interafricana do Café (OIAC), realizada em Acra, Gana, no período de 23 a 27 de novembro de 2009. Ele falara na sessão inaugural e fizera uma apresentação num workshop sobre pesquisa e estatística cafeeira na África. Finalmente, ele relatou que os altos dirigentes de organizações internacionais, entre as quais o FCPB e a UNCTAD, haviam participado da Conferência Mundial do Café, e que a OIC estava em contato com o ponto focal para a sustentabilidade em agrifalimentos dentro da

Divisão de Tecnologia, Indústria e Economia (DTIE) do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), cujo representante visitaria a OIC em 2010 para discutir cooperação prática entre as duas organizações. O Conselho tomou nota desta informação.

Item 16: Políticas cafeeiras nacionais

76. O Conselho tomou nota de uma apresentação do representante do Quênia sobre alavancagem na atribuição de marcas ao café, uma cópia da qual pode ser fornecida pela Secretaria, mediante solicitação.

Item 17: Questões financeiras e administrativas

Item 17.1: Contas Administrativas da Organização relativas ao exercício financeiro de 2008/09 e Relatório de Auditoria

77. Por recomendação da Comissão de Finanças, o Conselho decidiu aprovar as Contas Administrativas da Organização relativas ao exercício financeiro de 2008/09 e o Relatório de Auditoria, que figuram no documento EB-3971/10.

Item 17.2: Outras questões financeiras e administrativas

78. O Presidente da Comissão de Finanças, Sr. Mick Wheeler, de Papua-Nova Guiné, disse que a Comissão se reunira em 2 e 3 de março de 2010 e o reelegera seu Presidente. Um relatório sobre a situação financeira aos 31 de dezembro de 2009 (documento de trabalho WP-Finance 78/09) fora apresentado à Comissão. A Comissão notara, com respeito à rubrica Outras receitas, que o primeiro trimestre do exercício mostrava uma variação positiva, devido principalmente à receita na forma de aluguel. Essa variação, porém, era contrabalançada por um déficit referente a juros recebíveis, devido a uma queda das taxas de juros. A Organização atualmente estava ganhando 0,25% a 0,35% em seus depósitos bancários, e era provável que houvesse um déficit durante o ano todo, a menos que as taxas de juros aumentassem substancialmente no curto prazo. A Comissão notara que, de forma geral, a situação financeira da Organização podia ser resumida como satisfatória.

79. A Comissão também havia feito um exame preliminar do projeto de Orçamento Administrativo para 2010/11 que figura no documento de trabalho WP-Finance 77/10. Com base numa despesa total de £3.077.000 e numa receita de fontes externas estimada em £184.000, a contribuição potencial seria de £1.446,50 por voto, representando um aumento de 4,5% em relação à contribuição para o exercício financeiro de 2009/10. O Diretor-Executivo notara a existência de diversos fatores desconhecidos que tinham implicações orçamentárias, entre os quais a entrada em vigor do Acordo de 2007, as taxas de câmbio e o aluguel do prédio, que teria de passar por reajuste em abril de 2011, com um aumento limitado a 50%. A OIC estava avaliando o uso do espaço do prédio e a

possibilidade de sublocar parte do segundo andar, ao mesmo tempo que retendo a Sala da Junta, se possível. A Comissão fizera diversas sugestões relativas às negociações com o Locador e discutira diversas questões correlatas, tais como o aluguel de instalações de conferência. Também fora proposto que orçamentos multianuais fossem preparados, pois decisões tomadas em um exercício financeiro tinham implicações para exercícios subsequentes.

80. A Comissão apreciara o documento de trabalho WP-Finance 76/09, em que se propunha aumentar em 0,3%, com efeito a partir de 1º de outubro de 2009, os vencimentos, a gratificação por conhecimento de idiomas e a base para as contribuições ao Fundo de Previdência do pessoal da categoria de Serviços Gerais, bem como a gratificação por conhecimento de outros idiomas oficiais. A Comissão também apreciara o documento de trabalho WP-Finance 79/10, em que se propunha um reajuste da escala de vencimentos do pessoal das categorias Profissional e Superior, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2010. Um aumento de 3,04%, consolidando os ajustamentos de posto do ano passado, fora recomendado pela Comissão do Serviço Público Internacional (ICSC), com efeito a partir de 1º de janeiro de 2010. Esta consolidação baseava-se na fórmula “nenhuma perda – nenhum ganho”, e não representava custos adicionais para a Organização. A Comissão tomara nota desta informação e decidira recomendar a aprovação de ambas as propostas. Ao discutir as escalas de vencimentos e os ajustamentos de posto das Nações Unidas, a Comissão concordara em que seria útil entendê-la melhor e se certificar de que o sistema ainda tinha relevância para a OIC. A questão voltaria a ser discutida.

81. Com respeito a pagamentos em atraso, a Comissão notara que a Nicarágua vinha cumprindo o cronograma estabelecido pela Resolução 437. A República Democrática do Congo fizera alguns pagamentos mensais regulares, mas seus pagamentos nos termos do cronograma estabelecido pela Resolução 430 estavam em atraso. A Comissão externara preocupação com o fato de que os atrasados devidos por este país e outros eram consideráveis, e de que certos países não pagavam suas contribuições havia seis anos ou mais. Essa situação punha em relevo a importância do cumprimento das obrigações financeiras para com a OIC. Sugeria-se que, quando propostas de projetos fossem apresentadas para exame, informações sobre a situação das contribuições financeiras fossem fornecidas, para que, ao tomarem decisões, os Membros estivessem cientes do histórico dos países envolvidos. Finalmente, ele relatou que a Comissão voltaria a se reunir em julho e setembro de 2010 para outra vez examinar o Orçamento antes de apresentá-lo à Junta e ao Conselho, com suas recomendações.

82. O Conselho tomou nota desta informação e do relatório sobre a situação financeira que figura no documento de trabalho WP-Finance 78/10. Na discussão deste item, falou-se na necessidade de revisar a estrutura e os custos da OIC, em particular no tocante ao uso do

prédio, pois a OIC só usava as salas de reuniões por alguns dias por ano. A importância de resolver a situação dos pagamentos em atraso também foi enfatizada, pois uma soma substancial estava envolvida e tinha implicações para a situação financeira da OIC.

83. Por recomendação da Comissão de Finanças, o Conselho decidiu aprovar as propostas de revisão das escalas de vencimentos, da gratificação por conhecimento de idiomas e da base para as contribuições ao Fundo de Previdência do pessoal da categoria de Serviços Gerais que figuram no documento de trabalho WP-Finance 76/09, e as propostas de revisão da escala de vencimentos do pessoal das categorias Profissional e Superior que figuram no documento de trabalho WP-Finance 79/10. Finalmente, o Conselho instou o Diretor-Executivo a fazer todo o possível para que os países pagassem suas contribuições em atraso e considerasse medidas para ajudar os países, quando apropriado.

Item 18: Outros assuntos

84. O Conselho externou suas condolências ao Governo do Haiti pelo recente terremoto e a perda de vidas e as conseqüências deste desastre para o povo haitiano, e ao Governo de Uganda pela perda de vidas e os danos à infraestrutura do setor cafeeiro causados pelos recentes deslizamentos de lama nesse país.

85. O Conselho notou que esta era a última sessão de que participavam o Sr. Max Schnellmann, da Suíça, o Sr. Felipe Ramos de Alencar Costa, do Brasil, e o Sr. G. V. Krishna Rau, da Índia, e externou seus agradecimentos aos três delegados, cada um dos quais havia feito uma contribuição significativa ao trabalho da OIC e à cooperação internacional em café.

Item 19: Reuniões futuras

86. O Conselho tomou nota do documento de trabalho WP-Council 201/10, que indica as datas das reuniões de 2010/11 e 2011/12, e notou que sua próxima sessão seria realizada em Londres, no período de 20 a 24 de setembro de 2010.